

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

DIRECÇÃO-GERAL DE MINAS
E SERVIÇOS GEOLÓGICOS

///

REPARTIÇÃO DE MINAS

BOLETIM DE MINAS

(NOVA SÉRIE)

23



1963

MÉTODOS DE PROSPECÇÃO MINEIRA

1 — Os trabalhos empreendidos pelo Secretariado da O. C. D. E. no campo da prospecção mineira, resultaram do Comité da Investigação Aplicada ter decidido, em 1960, confiar ao Prof. Mc Divitt, um consultor, o cuidado de orientar um inquérito acerca dos métodos modernos de prospecção na zona europeia da O. C. D. E. Após o consultor ter entregue o relatório, no princípio de 1961, o Comité da Investigação Aplicada decidiu encarregar do seu exame um grupo de peritos *ad hoc*. Esta decisão foi confirmada em Junho de 1961 pelo Comité da Investigação Científica.

2 — De acordo com esse relatório, a produção e o consumo das matérias-primas de origem mineral cresceram num ritmo surpreendente desde o fim da segunda guerra mundial, e só há razões para prever um crescimento ainda mais importante no decurso dos próximos anos. Torna-se, portanto, indispensável reconstituir as reservas mineiras com um trabalho de prospecção incessante. A esse respeito, a zona europeia da O. C. D. E. está numa situação infinitamente mais favorável do que correntemente se imagina, e um estudo sistemático, usando dos mais modernos métodos de prospecção, das suas velhas zonas mineiras e das regiões pouco conhecidas, dará resultados económicos de interesse.

3 — Três raciocínios, respectivamente de ordem tecnológica, geológica e económica, conduzem à necessidade de haver uma base territorial de prospecção mais extensa do que aquela que as fronteiras da maior parte dos países membros permitem.

4 — Sob o ponto de vista tecnológico os diversos métodos modernos de prospecção recorrem não apenas à utilização de numerosos especialistas em disciplinas variadas, mas, também, a equipamento habitualmente dispendioso, muitas vezes aerotransportado, que não dá bom rendimento se não for empregado em condições de utilização industrial, isto quer dizer, obrigando a uma grande velocidade de execução e produzindo grandes séries de medidas. Neste caso, para assegurar ocupação permanente a um pessoal altamente qualificado, para utilizar a plena capacidade o equipamento e para o amortizar, simultaneamente em pouco tempo e num grande número de operações, é indispensável ter uma base territorial muito vasta como campo de actuação.

5 — Sob o ponto de vista geológico, é possível demonstrar que há muito poucas probabilidades de uma região-unidade (de 100 km² por exemplo) conter um grande jazigo mineiro. Se considerarmos, porém, um grande número de regiões-unidade (10 000, por exemplo, ou seja 1 milhão de km²) estatisticamente pode presumir-se a existência de um grande jazigo e de vários outros de menores dimensões.

6 — Sob o aspecto económico não se deve perder de vista a incidência do custo da prospecção sobre o custo dos produtos mineiros; as despesas com a prospecção devem ser repartidas por uma tonelagem de minério tão elevada quanto possível. Há mais probabilidades de o conseguir se considerarmos uma base territorial suficientemente vasta, para aumentar consideravelmente a possibilidade de obter resultados positivos. Desta maneira diminuem-se os riscos da prospecção, e transforma-se num empreendimento industrial aquilo que constituiria uma operação aleatória à escala da região-unidade.

7 — Em resumo, a prospecção moderna exige meios de grande envergadura: importantes investimentos, apetrechamento de elevado rendimento, concentração de especialistas e vastas áreas de operação. A maior parte dos países membros está longe, ainda, de satisfazer a estes requisitos. Nalguns países, todavia, existe perfeita noção das necessidades e ou já empreenderam esforços consideráveis no sentido delas ou, mesmo, já atingiram resultados satisfatórios.

8 — Tomaram parte na primeira sessão do grupo de peritos encarregado de examinar o relatório Mc Divitt, que reuniu em Paris no mês de Setembro de 1961, especialistas de 17 países. Em Janeiro de 1962 reuniu-se um grupo restrito, escolhido entre os membros da reunião plenária, para aprofundar o exame das várias questões. Durante o ano findo foi associado aos trabalhos do Secretariado, de maneira permanente, um consultor, especialista de prospecção mineira.

9 — Os peritos aprovaram na generalidade o relatório Mc Divitt e formularam várias recomendações, das quais algumas dizem respeito ao ensino, à formação de especialistas, à pesquisa, à cooperação internacional e à troca de informações entre os países membros. Mas, acima de tudo, os peritos aprovaram por unanimidade três recomendações essenciais respeitantes à prospecção mineira.

10 — De entre essas três recomendações, a primeira chama a atenção dos países membros quanto ao interesse que haveria actualmente em proceder a uma reavaliação dos seus recursos mineiros, com o objectivo da sua conservação e utilização mais racional. Para atingir tal finalidade deve recorrer-se muito mais largamente que no passado às modernas técnicas de prospecção. Esta recomendação concorreria para facilitar a formação de especialistas e a troca de informações em escala internacional.

11 — A segunda e a terceira recomendações visam a criar, ainda que tendo em conta a situação particular de diversos países membros, as condições que permitam atingir uma dimensão suficiente, quanto aos investimentos e à base territorial. É certo que a multiplicidade de direitos mineiros que resulta da geografia política torna difícil montar uma campanha de prospecção em vastas superfícies. Sem procurar uniformizar as legislações nacionais neste domínio, com uma elementar finalidade de coordenação poder-se-ia, desde já, obter alguns resultados, conservando as informações obtidas durante os trabalhos de prospecção e tornando-as acessíveis mutuamente.

12 — As províncias mineralógicas são, de facto, independentes da geografia política e das fronteiras. Sob o ponto de vista económico haveria grande vantagem em considerar cada província metalogénica e cada bacia geológica como uma unidade a prospectar, ou na qual se volta a prospectar, tendo em conta todas as informações de que se possa dispor. O problema da exploração do subsolo no interesse comum reside na dimensão, é análogo ao do espaço atmosférico, no estudo do qual excelentes resultados se têm colhido graças à colaboração internacional.

13 — Na opinião do Comité a importância destas três recomendações é tal, simultâneamente no plano nacional e internacional, que elas devem ser submetidas ao Conselho para que este as leve ao conhecimento dos Governos dos países membros. A estes compete, por forma definitiva, tomarem, tendo em vista estas recomendações, as medidas que julgarem necessárias, as quais, além disso, permitirão escorvar uma colaboração internacional neste domínio.

14 — *Primeira recomendação de princípio: Reavaliação das reservas mineiras* — Há fortes justificações científicas para se proceder imediatamente à reavaliação completa dos recursos mineiros da zona O. C. D. E. fazendo amplo uso das técnicas modernas de prospecção.

15 — *Segunda recomendação de princípio: Ajuda governamental* — Sem esquecer o considerável trabalho realizado em certos países pelas empresas privadas em matéria de prospecção, deve-se chamar a atenção dos países membros quanto à generalidade da precisão do auxílio governamental durante os períodos aleatórios dum programa que vise à completa avaliação dos recursos mineiros da zona O. C. D. E.

16 — *Terceira recomendação de princípio: Legislação mineira* — Deve ser chamada a atenção dos Governos para a urgência de legislarem, estabelecendo a obrigação de colherem todas as informações respeitantes aos trabalhos de prospecção, onde não exista uma tal legislação.

ACTIVIDADE DA COMISSÃO NOMEADA PARA ESTUDAR A INDÚSTRIA DOS MÁRMORES

No Boletim de Minas n.º 20 publicámos na íntegra o primeiro relatório da Comissão nomeada, em 8 de Novembro de 1962, para estudar as dificuldades que se deparam à indústria dos mármore e bem assim as medidas que a possam favorecer no seu desenvolvimento e progresso.

Prosseguindo na tarefa que se impôs, a referida Comissão acaba de distribuir pelos interessados uma circular, com data de 5 de Novembro de 1963, cujo conteúdo passamos a transcrever:

No seu segundo relatório, de 30 de Junho de 1963, esta Comissão deu especial relevo à frequência com que industriais e comerciantes de mármore sugeriam uma ampla distribuição de traduções da legislação e usos italianos aplicáveis a este ramo industrial por constituírem não só um exemplo como também por poderem servir de fonte de inspiração para a grande maioria que, apesar de admitir a urgente necessidade dos interessados se agremiarem ou associarem, fortalecendo-se e aperfeiçoando-se pela união, não sabem como hão-de fazê-lo. Posto que essas traduções existiam já, pareceu fácil aceder à sugestão, superiormente aprovada por despacho de 22 de Julho de 1963.

Quanto aos consórcios de pedreiras, apesar de na Base XI da Lei 1979, de 23 de Março de 1940, se ler que o Governo é «autorizado a criar e regulamentar os consórcios de pedreiras destinados a executar e manter obras de utilidade comum a diversas explorações» entendeu-se, até agora, que a iniciativa da sua constituição devia partir da indústria e há vinte e três anos que não se concretiza tal iniciativa.

A legislação italiana vai mais longe em tal matéria, os consórcios locais podem ocupar-se também da colocação dos produtos da exploração quer brutos quer trabalhados. Outra particularidade consiste em ter sido estabelecida e regulamentada a intervenção do Governo para fazer funcionar consórcios cuja existência se julgue indispensável quando falhe a iniciativa privada.

Além dos consórcios funcionam em Itália outras organizações de diferente nível e finalidade: a União Geral com sede em Carrara e, também, a Associação com sede em Roma.

Como coroamento desta estrutura complexa e evoluída pensa-se na criação de um Instituto Italiano do Mármore, foi apresentado um projecto de lei que, modificado pelo Senado italiano, voltará a ser apreciado. Embora existam já traduções quer do projecto quer das modificações, como não está em execução, não será distribuída agora.

Junto encontrarão:

- a) Lei regional n.º 54, de 1 de Outubro de 1956;
- b) Estatutos da União Geral dos Industriais de Mármore e Afins, de Carrara;
- c) Estatutos da Associação da Indústria de Mármore Italiana e das Indústrias Afins;
- d) Compilação dos usos vigentes na província de Massa e Carrara.

Neste último texto chama-se a atenção para o n.º 3, respeitante às rendas máximas usualmente admitidas no aluguer de pedreiras, e para os prazos mencionados no n.º 2.

A COMISSÃO

Quanto aos documentos a que a circular se refere, e que foram enviados com ela aos exploradores e comerciantes de mármore, apenas transcreveremos a lei italiana acerca de consórcios mineiros e as normas também italianas em uso na província de Massa e Carrara, por nos parecer que vale a pena dar-lhes uma mais ampla divulgação.

Por se tratar de matérias eivadas dum certo melindre, procurou-se que as traduções seguissem com a máxima fidelidade a construção do original italiano, motivo porque em alguns trechos se encontram deficiências formais, absolutamente desculpáveis em virtude da ideia que norteou o tradutor.

EXTRACTO DA LEI N.º 54 DE I-X-1956

Título VI — Consórcios Mineiros

Cap. I — Consórcios para a execução, manutenção e aproveitamento em comum de trabalhos úteis à exploração de minas, pedreiras e turfeiras.

Art.º 71.º Para a execução, a manutenção e o aproveitamento em comum de minas, pedreiras e turfeiras, contíguas ou vizinhas e também das Obras Sociais, podem-se constituir consórcios entre os concessionários e os exploradores interessados, se assim for deliberado pela sua maioria e apresentado à entidade que superintende nos seus respectivos interesses.

Dentro de 30 dias após a constituição do consórcio, deve ser remetida cópia do documento constitutivo ao Assessor para a indústria e o comércio.

Desde que seja reconhecida a necessidade, por razões de interesse público, da constituição de um consórcio, providencia-se ex-offício por decreto do Assessor para a indústria e o comércio, tendo ouvido o Conselho regional de minas.

Art.º 72.º No documento de constituição de consórcio voluntário ou no decreto que constitua o consórcio compulsoriamente, indicam-se precisamente os trabalhos a executar, os prazos dentro dos quais os trabalhos devem ser iniciados e ultimados, as condições impostas aos consortes e as quotas a cargo de cada um dos interessados, estabelecidas na proporção das vantagens que cada um colhe.

Desde que, em virtude de motivo imputável à administração do Consórcio as obras não estejam ultimadas no prazo fixado, o Assessor para a indústria e o comércio pode nomear um comissário o qual providencia a expensas do Consórcio, do qual assume a representação, quanto à administração, na execução das ditas obras.

O comissário convidará cada um dos interessados a depositar a respectiva quota parte das despesas, compreendendo as de administração, numa instituição de crédito valendo-se, em caso de não cumprirem, do processo de cobrança dos impostos directos.

Independentemente do que está previsto no período precedente, contra o concessionário ou explorador que não queira participar nas despesas que foram repartidas, pode aplicar-se a penalidade de caducidade.

Art.º 73.º As quotas para perfazer as despesas de manutenção e de trabalho são determinadas no princípio de cada ano tendo em vista os resultados que cada Consórcio conseguiu no ano precedente.

Os consortes ficam obrigados em proporção com a quota a que se refere o artigo precedente.

Art.º 74.º Nos Consórcios compulsivos e voluntários de minas, de pedreiras e de turfeiras pode ser concedida, por decreto do Assessor para a indústria e comércio, a faculdade de resgatar as contribuições dos consortes usando dos privilégios e formalidades fiscais.

Cap. II — Dos Consórcios mineiros para garantirem uma exploração racional.

Art.º 75.º Quando haja defeito da exploração individual no sistema de exploração de minas contíguas ou vizinhas, exercida por concessionários diferentes, por comprometer a possibilidade de uma exploração racional visando quer a segurança quer ao que economicamente mais convenha, a exploração das ditas minas pode ser sujeita a uma direcção única, por decreto do Assessor para a indústria e o comércio, ouvido o Conselho regional de minas.

Desde que os interessados não providenciem para a designação do director, único, dentro do mês que se seguir à publicação do decreto, a nomeação será feita pelo Assessor para a indústria e o comércio sob proposta do engenheiro-chefe do distrito mineiro.

Art.º 76.º Quando o Assessor para a indústria e o comércio reconheça que duas ou mais minas, pedreiras ou turfeiras, contíguas ou vizinhas, tomadas separadamente, não constituem um conveniente campo de exploração, pode promover a constituição voluntária de um consórcio de administração para a sua exploração em comum conforme o primeiro período do art.º 71.º.

Se os interessados não acederem ao convite, constituir-se-á o consórcio de administração conforme o último período do art.º 71.º. Em tais casos aplicam-se todas as outras disposições contidas no capítulo 1.º do presente título.

A fixação dos critérios para repartir os ganhos e os prejuízos deve constar da acta constitutiva do consórcio voluntário ou do decreto que crie o consórcio compulsivo.

Tais critérios devem ter em conta não só a quantidade da substância mineral extraída anualmente em cada unidade de exploração, como também as benfeitorias que cada uma delas trouxe, durante o exercício financeiro considerado, com os seus trabalhos e instalações próprias.

Art.º 77.º O Assessor para a indústria e o comércio, desde que a constituição corresponda às exigências da produção ou do mercado, pode promover, também, para determinadas zonas, a constituição de consórcios de venda em comum seguindo o que está determinado no primeiro período do art.º 71.º, entre os que trabalham neste ramo da produção.

Se os interessados não acederem ao convite pode constituir-se o consórcio de venda seguindo o disposto no segundo período e a primeira parte do terceiro período do art.º 76.º.

Ressalvam-se as disposições previstas em leis que estabeleçam normas especiais de venda e distribuição para certas substâncias minerais.

Seguem-se disposições acerca de taxas e regime de isenções por 10 anos quanto ao aumento de lucros verificado. É o art.º 78.º.

Seguem-se disposições transitórias nos art.ºs 79.º a 87.º.

As mais importantes são as que permitem anular os actos de cedência do direito de exploração ou o arrendamento.

COMPILAÇÃO DOS USOS VIGENTES NA PROVÍNCIA DE MASSA E CARRARA

(Pp. 7 a 15. Ed. de 1955)

USOS RESPEITANTES À INDÚSTRIA E AO COMÉRCIO DOS MÁRMORES

Exploração de pedreiras

1. Em matéria de arrendamento de pedreiras e na falta de cláusulas contratuais que fixem regras acerca da propriedade das massas destacadas do monte, ao terminar o arrendamento, estabelece-se consuetudinariamente que a propriedade delas pertence ao arrendatário sempre que o seu desmonte seja consequência do «trabalho normal» da pedreira.

O arrendatário pode esquadriá-los e transportá-los ainda que para isso tenha de usar cunhas, alavancas ou outros modos de operar, incluindo o fio helicoidal, excluídos os trabalhos subterrâneos. Ficarão, porém, a cargo do arrendatário a renovação e baldeamento para o local das entulheiras dos detritos produzidos com tais actividades.

Entende-se por «trabalho normal» todo o trabalho previsto para produzir os seus efeitos até ao dia em que termina o arrendamento.

2. Salvo combinações especiais, o limite de prazo para se terminar o aproveitamento de uma pedreira com o transporte das massas já destacadas do jazigo e a baldeação dos entulhos resultantes é de 6 meses quando o arrendatário explora a pedreira há 9 anos ou menos; se o arrendamento excede os 9 anos o limite de prazo é aumentado de tantos meses quantos os anos além dos 9; seja qual for o caso, porém, o limite máximo não pode exceder um ano.

3. A quantia devida, na falta de combinações especiais, ao proprietário de pedreiras de mármore ordinário, pelo arrendamento destas, é a sétima parte do produto colocado no cabeço de carregamento, ou a oitava parte para as pedreiras de difícil laboração e acesso.

Desta sobredita quantia, se a pedreira arrendada está privada de evacuação directa dos entulhos, virá a competir $\frac{1}{4}$ ao proprietário do terreno onde lançam os entulhos. Igual importância de $\frac{1}{4}$ da mesma quantia é devida ao proprietário que permita o atravessamento e depósito dos mármores.

4. É uso seguido geralmente que o arrendatário, que deu como garantia ao alugador a produção total ou parcial, deva pagar os direitos de exploração, salvo convenções especiais, também sobre os mármore recusados e, por esse motivo, deixados na livre disposição do mesmo arrendatário e isto na base do justo valor dos mármore recusados.

5. Os direitos de exploração, quando o contrato de aluguer nada contenha em contrário, têm como base as medidas para venda, tomadas no cabeço de carga da pedreira de onde provêm os mármore desmontados.

6. É de uso que as medições no cabeço de carga, do mármore desmontado pelos arrendatários das pedreiras, sejam verificadas contraditóriamente pelo alugador da pedreira. Em caso de desacordo quanto às medições ou acerca do valor dos mesmos mármore, o alugador tem o direito de receber em géneros (em pedra) os direitos que deles espera.

7. Se em consequência de um desmoronamento provocado numa pedreira de mármore, ou em quaisquer outras circunstâncias, vierem a cair numa outra pedreira subjacente ou confinante, de outro proprietário, detritos ou blocos de mármore, é de uso que o proprietário da primeira dê providências, pagando as despesas e no mais curto espaço de tempo, para o transporte dos blocos e detritos e compensando os prejuízos eventuais, salvo quanto à aplicação do art.º 3.º.

8. Os operários que prefiram habitar nos locais apropriados postos à disposição pelo empregador junto às pedreiras, começam a trabalhar no momento em que os outros partem do cabeço de carga.

Consequentemente o empregador, pelo alojamento facultativo na pedreira, beneficia apenas do tempo que gasta um operário a deslocar-se do cabeço à pedreira.

9. O explorador de pedreiras de mármore que se serve de um cabeço de carga alheio, além de pagar as despesas ordinárias de manutenção do cabeço, é obrigado a entregar ao proprietário uma compensação, ainda que modesta.

10. A manutenção dos aterros comuns a duas ou mais pedreiras representa um encargo para cada uma delas proporcional ao serviço prestado também a cada uma.

Transporte por escorregamento

(Os n.ºs 11 a 15 tratam das normas relativas ao transporte dos mármore nas vias de glissagem. Como tal meio de transporte não é utilizado entre nós, dispensamo-nos de apresentar a tradução deste capítulo).

Comércio de blocos

16. Na venda de blocos brancos ou bardilhos vigora o uso de o vendedor dever indicar ao comprador os defeitos que existam nesses mesmos blocos.

O vendedor fica responsável pelos prejuízos que o comprador venha a sofrer pelos defeitos que eram visíveis por exame externo e dos quais não foi dado conhecimento no acto da venda.

Desde que se dê pelo defeito dentro da região apuana dos mármore, os prejuízos pelos quais tenha de responder o vendedor, em tal caso, avaliam-se calculando qual a diminuição da matéria-prima utilizável tendo em conta a eventual passagem à categoria inferior e mais todas as despesas que pesaram sobre o comprador quanto ao material não utilizado desde o acto da recepção do

mármore. Se, todavia, se der pelo defeito fora da região apuana de mármore, o prejuízo é avaliado com relação apenas à matéria-prima não utilizada.

Se o bloco foi vendido para talhar (caso em que esta condição de venda deve constar de anotação posta na factura ou de provas equivalentes) não constitui motivo para invocar indemnizações ou compensações de qualquer natureza.

17. O comprador tem a obrigação de comunicar por escrito, ao vendedor quais os defeitos encontrados, deixando por oito dias à sua disposição o bloco serrado para que se façam as oportunas verificações, passado esse prazo tem direito a ser creditado pelo valor das compensações correspondentes aos mesmos defeitos, como previsto no artigo antecedente.

18. Quando a compra dos blocos é feita no cabeço de carga, consuetudinariamente concede-se um desconto da medição de quatro onças (equivalente a oito centímetros) para todas as dimensões. Este desconto é reduzido a três onças (equivalente a seis centímetros) quando os blocos apresentem duas faces opostas serradas.

19. O desconto na medição dos mármore brutos bem esquadriados, afeiçãoados e picados é de três centímetros no máximo e, em caso de duas faces opostas serradas, é menor.

No caso de haver reclamação acerca das medições dos blocos expedidos para fora da zona apuana, nem sempre é fácil de proceder a uma verificação contraditória entre o comprador e o vendedor, sendo assim é de uso reportar-se ao peso do material expedido. Tem-se a medição como normal quando o peso de cada metro cúbico medido corresponda ao peso:

- de 3 200 kg para os pequenos blocos com menos de um metro de comprimento.
- de 3 100 kg para os blocos inferiores a um metro cúbico.
- de 3 050 kg para os blocos de um a dois metros cúbicos.
- de 3 000 kg para os blocos de mais de dois metros cúbicos.

20. No contrato em que a produção de mármore responde por um financiamento o comprador é obrigado a receber a mercadoria dentro de quinze dias a contar do aviso feito pelo vendedor.

21. Por uso estabelecido desde tempos imemoriais, a aposição da marca de uma firma sobre os blocos de mármore indica serem propriedade dessa mesma firma.

22. Nas vendas de blocos no cabeço da pedreira vigora o uso de conceder um desconto suplementar, na medição, de duas onças na espessura (além do desconto normal) sobre todos os blocos que excedam o peso mercantil de 25 toneladas, para compensar as despesas que o comprador terá de suportar ao talhá-los para tornar exportáveis os blocos.

23. O comprador dos blocos não é obrigado a inquirir se o vendedor pagou o transporte por glissagem, visto que por constante uso a venda dos blocos é feita «franco no cabeço de carga».

Comércio de chapa

24. A medição das chapas obtidas de blocos com faces desiguais, para efeito do custo da serração, calcula-se a partir das dimensões da maior chapa.

O preço de corte a acrescentar ao serrar, em chapas, os blocos calcula-se pela tarifa da maior espessura.

25. É de uso que as chapas de mármore destinadas ao além-mar sejam expedidas soltas e não engradadas em madeira.

As chapas polidas, contudo, expedem-se sempre em grades ou caixotes de madeira.

26. A execução por parte do vendedor de uma encomenda de chapas de mármore de várias medidas (sortidas) pode cumprir-se com o envio de chapas pertencentes às diferentes categorias descritas na especificação.

Se o comprador indicou uma medida, isto equivale implicitamente à existência de um mínimo abaixo do qual, na execução da encomenda, se não pode descer

Se a especificação das medidas é precedida da palavra «cerca» ou outra equivalente, podem ser expedidas, na execução da encomenda, chapas de maiores ou menores dimensões daquelas que constam da especificação, mas não se afastando muito desta.

27. Dado que em geral os mármore corados, compreendendo nestes os violetas, são por natureza próprios defeituosos, é de uso seguido geralmente não responder pelos defeitos que a serração neles possa ter evidenciado, sempre que não se tenha incluído nas condições de venda a expressa garantia de o bloco estar são.

28. Na medição das chapas de mármore recortadas, quando o preço seja estabelecido a um tanto por metro quadrado, tem-se em conta o rectângulo que circunscreve a figura recortada.

Comércio de mármore trabalhados, granulados e ladrilhos

29. A propriedade das obras de arte industriais executadas por encomenda FOB, não fica pertencendo ao que encomendou senão quando a mercadoria estiver a bordo do barco e tenham sido expedidos os documentos da carga.

É todavia de uso corrente que os que têm oficinas industriais, pelo facto de aporem as marcas dos clientes grossistas, a pedido destes, não se eximem às normas supra indicadas quanto à transmissão de propriedade.

30. No trabalho de mármore corados que se executam na Província de Massa e Carrara, como de resto em qualquer parte, é admitida como sendo absolutamente normal betumagem e os entalhes nas peças ou chapas com vazios, conforme os defeitos e as necessidades que derivam da estrutura natural de qualquer mármore corado. Deriva isto da impossibilidade material de executar trabalhos de alguma importância a partir de mármore de cor, sem recorrer aos mencionados expedientes.

31. No comércio de mármore trabalhados a cláusula «fornecimento ao pé do trabalho» entende-se no sentido de os mármore serem entregues no local em que vão ser aplicados sem que o vendedor seja obrigado a coisa alguma mais. Se, pelo contrário, o contrato obriga o vendedor a dar assistência à sua aplicação, esta colaboração fica limitada a pôr à disposição de quem fez a encomenda, pelo tempo estritamente necessário, um operário especializado que esteja apto a executar, durante a montagem, todos os retoques que se tornem necessários para a melhor assemblagem das peças isoladas, desde que não tenha havido alterações nos planos de execução da obra em relação aos quais o trabalho foi executado.

O dito operário especializado não pode executar trabalho algum, incidindo sobre as peças fornecidas, diferente daquele que acaba de se indicar, a não ser

por decisão da direcção dos trabalhos de quem fez a encomenda e sob exclusiva responsabilidade desta.

32. Na falta de declaração expressa em contrário por parte do vendedor, é de uso que o preço dos granulados e cubozinhos de mármore destinados ao estrangeiro inclua também o custo do saco. Nas vendas no país pratica-se a devolução do saco.

33. No fornecimento de ladrilhos de mármore para pavimentos é de uso corrente facturar qualquer fracção de ladrilho como ladrilho inteiro.

Diversas

34. Quando o industrial de serragem deixe permanecer no seu parque privativo os mármore de terceiros, em bruto ou serrados, é de uso que coisa alguma peça relativamente ao período durante o qual os mesmos mármore permaneceram no parque, seja qual for a duração deste período.

Quando porém o industrial de serração manifeste a sua vontade de ver retirados os ditos mármore, desde esse momento, salvo o tempo necessário para os retirarem, voltam a aplicar-se as disposições correntes da lei e do direito.

35. As despesas com a manutenção das represas de água das serrações alugadas, que não sejam obras de carácter permanente ficam a cargo do arrendatário.

36. As amostras de mármore que de vez em quando os clientes pedem aos seus fornecedores devem sempre considerar-se como as mais apuradas, visto que, por o mármore ser um produto da natureza, está sujeito a variações de coloração e de mancha.

As amostras são portanto enviadas para dar uma ideia aproximada do material mas não representam um compromisso quanto à igualdade.

37. A consignação dos mármore para efeitos de se estabelecer qual a competência judicial em quaisquer litígios, entende-se como feita no local, ainda que o vendedor se tenha obrigado a consignar a mercadoria vendida sobre vagão FOB ou por qualquer outro meio de transporte.

38. O comprador deixa de ter direito à percentagem de desconto fixada no contrato, para o pagamento a contado, desde que o pagamento não se efectue dentro de um mês a contar da data da factura.

ESTATÍSTICA

RELATIVA A JULHO DE 1963

1 — Produção de minérios e produtos de tratamento (em quilogramas):

Barita	340 000
Berilo	485
Blenda	51 000
Carvões:	
Antracite	37 178 571
Lignite	14 610 940
Cassiterite	53 974
Cassiterite e ilmenite	2 325
Caulino	3 558 750
Cobre (minérios de)	101 163
Columbite tantalite	1 671
Diatomito	179 000
Ferro-manganés (minérios de)	4 850 000
Galena	29 940
Hematite	6 200 000
Ilmenite	654
Magnetite	15 673 000
Manganés (minérios de)	7 160 000
Ouro e prata (concentrados de sulfuretos complexos de)	262 883
Pirites de ferro cupríferas	48 613 000
Precipitado de cobre	3 566
Sal-gema	7 093 000
Volfrâmio (minérios de)	126 993

2 — Substâncias tratadas e respectivos produtos obtidos (em quilogramas):

CASSITERITE	45 194
Estanho metal	31 282
VOLFRAMITE	19 462
Ferro-tungsténio	12 834
CARVÃO	2 451 600
Briquetes	2 597 390
DIATOMITO	75 100
Diatomito calcinado	37 550
MAGNETITE	5 336 000
Gusa	3 092 400

ESTATÍSTICA

RELATIVA A AGOSTO DE 1963

1 — Produção de minérios e produtos de tratamento (em quilogramas):

Antimonite	2 668
Barita	30 000
Berilo	658
Blenda	37 000
Carvões:	
Antracite	38 624 376
Lignite	13 280 490
Cassiterite	83 473
Cassiterite e ilmenite	3 335
Caulino	2 478 000
Cobre (minérios de)	53 405
Columbite tantalite	51
Diatomito	560 000
Ferro-manganés (minérios de)	5 050 000
Galena	44 480
Hematite	6 390 000
Ilmenite	792
Magnetite	17 481 000
Manganés (minérios de)	652 280
Ouro e prata (concentrados de sulfuretos complexos de)	249 897
Pirites de ferro cupríferas	56 541 500
Precipitado de cobre	4 677
Sal-gema	6 215 000
Talco	100 000
Volfrâmio (minérios de)	118 386

2 — Substâncias tratadas e respectivos produtos obtidos (em quilogramas):

CASSITERITE	72 581
Estanho metal	49 529
VOLFRAMITE	3 200
Ferro-tungsténio	2 065
DIATOMITO	2 379 250
Diatomito calcinado	2 218 191
MAGNETITE	6 356 000
Gusa	3 495 200

ESTATÍSTICA

RELATIVA A SETEMBRO DE 1963

1 — Produção mensal de minérios e produtos de tratamento (em quilogramas):

Antimonite	1 700
Barita	40 000
Berilo	345
Blenda	28 000
Carvões:	
Antracite	35 709 395
Lignite	11 401 760
Cassiterite	94 089
Cassiterite e ilmenite	1 260
Caulino	2 987 150
Cobre (minérios de)	47 595
Columbite tantalite	262
Diatomito	309 000
Ferro-manganés (minérios de)	5 000 000
Galena	20 080
Hematite	5 600 000
Ilmenite	1 728
Magnetite	13 899 400
Manganés (minérios de)	11 880
Ouro e prata (concentrados de sulfuretos complexos de)	221 822
Pirites de ferro cupríferas	53 250 800
Precipitado de cobre	5 218
Sal-gema	6 348 000
Talco	100 000
Volframite	110 727

2 — Substâncias tratadas e respectivos produtos obtidos (em quilogramas):

CASSITERITE	87 513
Estanho metal	57 360
PIRITES ARSENICAIS	2 204 740
Anidrido arsenioso	2 370 822
MAGNETITE	4 978 400
Gusa	3 345 700

ESTATÍSTICA

RELATIVA A OUTUBRO DE 1963

1 — Produção mensal de minérios e produtos de tratamento (em quilogramas):

Antimonite	2 800
Barita	21 000
Blenda	24 000
Carvões:	
Antracite	40 261 366
Lignite	12 392 676
Cassiterite	102 406
Cassiterite e ilmenite	6 998
Caulino	3 590 200
Cobre (minérios de)	50 202
Columbite tantalite	1 294
Diatomito	141 100
Ferro-manganés (minérios de)	5 540 000
Galena	28 010
Hematite	7 110 000
Ilmenite	2 027
Magnetite	14 706 100
Manganés (minérios de) (a)	1 418 624
Ouro e prata (concentrados de sulfuretos complexos de)	257 835
Pirites de ferro cupríferas	52 905 270
Precipitado de cobre	5 066
Sal-gema	6 047 000
Talco	60 000
Volframite	103 833

(a) Inclui o mês de Setembro.

2 — Substâncias tratadas e respectivos produtos obtidos (em quilogramas):

CASSITERITE	91 071
Estanho metal	64 101
VOLFRAMITE	28 435
Ferro-tungsténio	20 050
CARVÃO	2 550 940
Briquetes	2 745 180
DIATOMITO	54 800
Diatomito calcinado	27 400

REGISTOS EFECTUADOS DURANTE OS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 1963

Nas descrições que se seguem usaremos algumas simplificações:

- 1 — Limitamo-nos a indicar o ponto de partida colocando-o dentro dum parêntesis, sem qualquer outra indicação;
- 2 — Adoptaremos para o ponto de partida uma redacção resumida, e isto, apenas, porque o espaço de que dispomos não permite a redacção integral indicada nos manifestos;
- 3 — No caso de registos feitos por coordenadas usaremos as seguintes convenções: letras S. J. para significar o sistema em relação ao Castelo de S. Jorge; letras C. M. para significar o sistema em relação ao ponto fictício das coordenadas militares; letras P. C. para significar que as medidas se tomam em relação ao Ponto Central. Neste caso, sempre que não indicarmos «sist. Bonne» deverá compreender-se que se trata do sistema Gauss;
- 4 — Estes indicativos serão seguidos de dois números: o primeiro representa a distância à meridiana e o segundo a distância à perpendicular. Essas distâncias entendem-se em metros, muito embora, para evitar repetições, as indiquemos como números abstractos.

DISTRITO DE AVEIRO

Concelho de Oliveira de Azeméis:

Em 30 de Novembro: Registo de caulino por António José de Andrade dos Santos, residente no lugar da Relva, Ovar: N.º 22, no lugar de Besteiros, freguesia de Travanca (ponto trigonométrico da Capela do Espírito Santo).

DISTRITO DE BEJA

Concelho de Alvito:

Em 4 de Novembro: Registos de galena, blenda e barita, na freguesia de Alvito, por Compagnie Royale Asturienne des Mines, S. A., com escritório no Campo Pequeno, 21, 5.º, Esq., Lisboa: N.º 2, no sítio do Cabeço do Olho de Pedro (C. M. + 214.300, + 148.260); N.º 3, no sítio do Sarnado (C. M. + 214.800, + 148.260).

DISTRITO DE BRAGA

Concelho de Esposende:

Em 13 de Novembro: Registo de caulino por Joaquim Dias Pinto, residente na Avenida Mousinho de Albuquerque, 92, Póvoa de Varzim: N.º 3, no sítio de Campados, freguesia de Vila Chã (ponto de partida indeterminado).

Em 17 de Dezembro: Registo de caulino por Arnaldo Ferreira dos Santos, residente em Gual, Barcelos: N.º 4, no sítio dos Campados, freguesia de Vila Chã (a 100 m ao sul da casa de Albino José Neto).

DISTRITO DE CASTELO BRANCO

Concelho de Belmonte:

Em 5 de Novembro: Registo de cassiterite e ilmenite por Joaquim Sales Pereira de Sousa, residente em Belmonte: N.º 1, no sítio da Catraia da Torre, freguesia de Belmonte (centro geométrico da casa de habitação de Aurélio Amaro).

Concelho de Idanha-a-Nova:

Em 23 de Dezembro: Registo de manganite e limonite por José Esteves, residente na freguesia de Penha Garcia: N.º 6, no sítio do Couto de Cima, freguesia de Penha Garcia (a poente a 100 m da fonte do nascente ao Couto de Cima de José Capelo).

DISTRITO DE ÉVORA

Concelho de Reguengos de Monsaraz:

Em 10 de Dezembro: Registo de ferro e volfrâmio e de hidrocarbonetos e substâncias betuminosas (sic) por Jacinto Fernandes Palma, residente em Reguengos de Monsaraz: N.º 3, nas herdades dos Albardeiros e da Laginha, freguesia de Campo (ponto de partida indeterminado).

DISTRITO DE FARO

Concelho de Lagoa:

Em 18 de Novembro: Registo de pirolusite por David Joaquim Ribeiro Rela, residente na Rua 5 de Outubro, 341, Porto: N.º 1, no lugar de Monte Alto, freguesia de Porches (a 950 m do vértice geodésico Vale da Neve, medidos no sentido do vértice geodésico Sobral).

DISTRITO DA GUARDA

Concelho de Gouveia:

Em 25 de Novembro: Registo de cassiterite por Augusto Fraga Mendes Belo, residente em Gouveia: N.º 5, no sítio do Paul, freguesia de Melo (S. J. — 135.300, — 203.500).

DISTRITO DE LISBOA

Concelho de Torres Vedras:

Em 14 de Novembro: Registo de sal-gema por Joaquim Belchior, residente na Avenida 5 de Outubro, 198, 2.º, Dt.º, em Lisboa: N.º 1, no sítio da Fonte dos Frades e Ribeira, freguesia de A-dos-Cunhados (ponto de partida indeterminado).

DISTRITO DE PORTALEGRE

Concelho de Elvas:

Em 25 de Novembro: Registos na freguesia de Santo Ildefonso por Francisco Guilherme Chagas, residente na Rua do Tabolado, 28-C, Elvas: N.º 3, de magnetite, limonite, hematite e ferberite, na herdade da Alagada (P. C. — 89.700, + 93.500 sist. Bonne); N.º 4, de magnetite, limonite e hematite, na herdade de Dom João (P. C. — 88.600, + 92.700 sist. Bonne).

DISTRITO DO PORTO

Concelho de Gondomar:

Em 16 de Dezembro: Registos de ouro, na freguesia de Medas, pelo Eng.º Alberto Augusto Pinto Vieira, residente na Rua Dr. António Coelho, 114, Porto: N.º 3, no sítio da Raiva (S. J. — 57.980, — 260.355); N.º 4, no sítio do Vale dos Amores (S. J. — 58.430, — 259.930); N.º 5, no sítio da Fonte Coberta (S. J. — 58.835, — 260.750).

Concelho de Vila do Conde:

Em 6 de Novembro: Registos de caulino por Companhia Anglo-Portuguesa de Caolinos, S.A.R.L., com sede na Senhora da Hora: N.º 9, no lugar de Castelões, freguesia de Fajozes (S. J. — 36.520, — 288.960); N.º 10, no lugar de Gião, freguesia de Modivas (S. J. — 36.580, — 287.840).

DISTRITO DE SETÚBAL

Concelho de Santiago de Cacém:

Em 18 de Dezembro: Registo de barita por Serafim Francisco, residente em Boa Vista do Valtravessinho, Sines; N.º 9, na freguesia de Cercal do Alentejo (ponto de partida indeterminado).

Em 26 de Dezembro: Registos de malaquite e azurite por Comisan — Companhia Mineira de Santiago, Lda., com sede na Rua dos Fanqueiros, 30, 4.º, em Lisboa: N.º 10, no sítio da Alcoleia, freguesia de Santa Cruz (P. C. + 49.650, + 177.500 sist. Bonne); N.º 11, no sítio da Boa Vista, freguesia de Santa Cruz (+ 51.500, + 177.000 sist. Bonne); N.º 12, no sítio do Vale das Traves, freguesia de Santiago de Cacém (P. C. + 49.800, + 189.600 sist. Bonne); N.º 13, no sítio de Vale Maceira, freguesia de Santiago de Cacém (P. C. + 50.200, + 188.600 sist. Bonne); N.º 14, no sítio do Vale do Coto, freguesia de Santa Cruz (P. C. + 51.650, + 179.150 sist. Bonne); N.º 15, no sítio da Courela das Oliveiras, freguesia de Santiago de Cacém (P. C. + 50.750, + 188.000 sist. Bonne); N.º 16, no sítio da Quinta Nova, freguesia de Santiago de Cacém (P. C. + 50.300, + 182.850 sist. Bonne); N.º 17, no sítio da Pasmaceira, fre-

guesia de Santiago de Cacém (P.C. + 50.150, + 181.800 sist. Bonne); N.º 18, no sítio do Carapeteiro, freguesia de Santiago de Cacém (P.C. + 49.900, + 179.000 sist. Bonne); N.º 19, no sítio do Seixinal, freguesia de Santiago de Cacém (P.C. + 49.000, + 188.300 sist. Bonne).

DISTRITO DE VISEU

Concelho de Mangualde:

Em 23 de Novembro: Registo de berilo por Manuel António Martins, residente na Rua D. Afonso Henriques, 3203, Maia: N.º 2, no sítio da Regateira, freguesia de S. Tiago de Cassurães (S. J. — 120.250, — 204.650).

Concelho de Sátão:

Em 30 de Novembro: Registo de berilo por Gralminas — Mineira da Gralheira, Lda., com sede na Rua D. Estefânia, 155, 4.º, Dt.º, Lisboa: N.º 1, no sítio da Gralheira, freguesia de Vila Longa (S. J. — 131.000, — 226.230).

Concelho de Mortágua:

Em 31 de Dezembro: Registo de caulino por Alexandre Marques da Silva Queirós, residente na Travessa Cândido dos Reis, em Viseu: N.º 1, no sítio do Vale de Manuel Luís, Rigueiras, limite de Gândara (a 350 m ao nascente da oficina de olaria de Manuel Augusto Gonçalves, no sítio do Vale).

REGISTOS ANULADOS

Publicados em Dezembro

No D.º G.º n.º 292, III série, de 13-12-63:

Registo n.º 11 — 1963 — Serpa. De Société Minière et Industrielle du Tamega, S. A. Anulado nos termos da portaria publicada no D.º G.º n.º 36, II série, de 12-2-1960, rectificada no D.º G.º n.º 45, II série, de 23-2-1960.

Registo n.º 11 — 1963 — Pombal. De Elísio Gonçalves. Anulado nos termos do n.º 4 do art.º 17, do decreto n.º 18 713.

Registo n.º 3 — 1963 — Braga. De Joaquim Dias Pinto. Anulado nos termos do n.º 2 do art.º 17, do decreto n.º 18 713.

Publicados em Janeiro

No D.º G.º n.º 11, II série, de 14-1-64:

Registo n.º 3 — 1963 — Reguengos de Monsaraz. De Jacinto Fernandes Palma. Anulado nos termos dos n.ºs 1 e 2 do art.º 17, do decreto n.º 18 713, despacho de 24-3-1942 e portaria de 16-7-1936, publicada no D.º G.º n.º 164, II série, de 16-7-1936.

Registo n.º 9 — 1963 — Santiago de Cacém. De Serafim Francisco. Anulado nos termos do n.º 2 do art.º 17, do decreto n.º 18 713.

MOVIMENTO DE PEDREIRAS

1 — PEDREIRAS DOCUMENTADAS DE JANEIRO A SETEMBRO DE 1963:

- N.º 2426, *Serrinha II* — diorito. Freguesia de Odivelas, concelho de Ferreira do Alentejo, distrito de Beja.
Situada em terrenos de Manuel António Valente, Artur Valente, Joaquim Rosa da Conceição e António Francisco Valente. Foi declarada por Adélio Frutuoso Biscaia e Klaus Schaamm em 29 de Dezembro de 1962 e documentada em 5 de Janeiro de 1963.
- N.º 2427, *Poio* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no lugar de Poio, em terrenos de João Tavares Beirão. Foi declarada por Abílio Antero Marafão em 2 de Janeiro de 1963 e documentada em 9 de Janeiro de 1963.
- N.º 2428, *Fraga do Poio* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no lugar de Poio, em terrenos de Francisco Joaquim Marrana. Declarada pelo proprietário do terreno em 2 de Janeiro de 1963. Documentada em 9 de Janeiro de 1963.
- N.º 2429, *Fraga do Poio n.º 2* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no lugar de Vale da Mó, em terrenos de Januário dos Santos Patrício. Declarada pelo proprietário do terreno em 2 de Janeiro de 1963. Documentada em 9 de Janeiro de 1963.
- N.º 2430, *Fraga do Poio n.º 3* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no lugar de Vale da Mó, em terrenos de Luís Saraiva Guerra. Declarada pelo proprietário do terreno em 2 de Janeiro de 1963. Documentada em 9 de Janeiro de 1963.
- N.º 2431, *Fraga do Poio n.º 4* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no lugar do Poio, em terrenos de António Manuel Pimenta. Declarada pelo proprietário do terreno em 2 de Janeiro de 1963. Documentada em 9 de Janeiro de 1963.
- N.º 2432, *Fraga do Poio n.º 5* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no lugar de Vale da Mó, em terrenos de António Augusto Pais. Declarada pelo proprietário do terreno em 2 de Janeiro de 1963. Documentada em 9 de Janeiro de 1963.
- N.º 2433, *Fraga do Poio n.º 6* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.

- Situada no lugar de Vale da Mó, em terrenos de Abílio Augusto Inteiro. Declarada por Fernando António Guindeira em 2 de Janeiro de 1963. Documentada em 9 de Janeiro de 1963.
- N.º 2434, *Fraga do Poio n.º 7* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no lugar da Canada do Inferno, em terrenos de Manuel José Moutinho e António Lourenço Jerónimo. Declarada por Francisco Valentim Moutinho em 2 de Janeiro de 1963. Documentada em 9 de Janeiro de 1963.
- N.º 2435, *Fraga do Poio n.º 8* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no sítio da Canada do Inferno, em terrenos de José Joaquim Manso. Foi declarada por José Joaquim Manso e Jose Salgado em 2 de Janeiro de 1963. Documentada em 9 de Janeiro de 1963.
- N.º 2436, *Fraga do Poio n.º 9* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no lugar do Jardim, em terrenos de José Joaquim Paixão. Declarada por Francisco António Fachada em 2 de Janeiro de 1963. Documentada em 9 de Janeiro de 1963.
- N.º 2437, *Canada do Inferno* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no sítio da Canada do Inferno, em terrenos de António Augusto Ferreira. Declarada pelo proprietário do terreno em 2 de Janeiro de 1963. Documentada em 9 de Janeiro de 1963.
- N.º 2438, *Canada do Inferno n.º 2* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no lugar da Canada do Inferno, em terrenos de António Joaquim Pais. Declarada pelo proprietário do terreno em 2 de Janeiro de 1963. Documentada em 9 de Janeiro de 1963.
- N.º 2439, *Vale da Mó* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no sítio do Vale da Mó, em terrenos de António José Pereira. Declarada pelo proprietário do terreno em 2 de Janeiro de 1963. Documentada em 9 de Janeiro de 1963.
- N.º 2440, *Vale da Mó n.º 2* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no lugar do Jardim, em terrenos de José Joaquim Paixão. Declarada pelo proprietário do terreno em 2 de Janeiro de 1963. Documentada em 9 de Janeiro de 1963.
- N.º 2441, *Jardim n.º 2* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no lugar do Jardim, em terrenos de José Joaquim Paixão. Declarada pelo proprietário do terreno em 2 de Janeiro de 1963. Documentada em 9 de Janeiro de 1963.
- N.º 2442, *Monte Por Cima da Mina Velha* — lousa. Freguesia de Canelas, concelho de Arouca, distrito de Aveiro.
Situada no lugar de Cima, em terrenos de Joaquim Soares Valério, Manuel Soares Valério e Manuel António Soares Figueiredo. Declarada por A Exportadora de Ardósias, Lda., em 3 de Janeiro de 1963. Documentada em 9 de Janeiro de 1963.
- N.º 2443, *Fraga do Poio n.º 10* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no lugar de Canada do Inferno, em terrenos de Jorge Remísio de Castro Pereira Lopes. Declarada por José Alberto Maurício em 9 de Janeiro de 1963. Documentada em 14 de Janeiro de 1963.

- N.º 2444, *Fraga do Poio n.º 11* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no lugar de Vale da Mó, em terrenos de António Júlio Pinto. Declarada por António Fernando Melhorado em 9 de Janeiro de 1963. Documentada em 14 de Janeiro de 1963.
- N.º 2445, *Vale da Lagoa* — dolomite. Freguesia de Alcobertas, concelho de Rio Maior, distrito de Santarém.
Situada na Serra dos Candeeiros, em terrenos baldios pertencentes à Câmara Municipal de Rio Maior. Declarada por João Ferreira de Almeida em 17 de Dezembro de 1962. Documentada em 16 de Janeiro de 1963.
- N.º 2446, *Pedreira A — Olival às Cagadinhas* — calcário. Freguesia de Ben-catel, concelho de Vila Viçosa, distrito de Évora.
Situada no Olival às Cagadinhas, em terrenos de Joaquim Alferes Santana. Declarada por Joaquim Amorim Galego em 15 de Janeiro de 1963. Documentada em 16 de Janeiro de 1963.
- N.º 2447, *Pedreira B — Olival às Cagadinhas* — calcário. Freguesia de Ben-catel, concelho de Vila Viçosa, distrito de Évora.
Situada no Olival às Cagadinhas, em terrenos de Joaquim Alferes Santana. Declarada por Joaquim Amorim Galego em 15 de Janeiro de 1963. Documentada em 16 de Janeiro de 1963.
- N.º 2448, *Fraga do Poio n.º 13* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no lugar de Farizeu, em terrenos de António Santana Pires Baptista. Declarada por José Augusto Caçote em 9 de Janeiro de 1963. Documentada em 14 de Janeiro de 1963.
- N.º 2449, *Fraga do Poio n.º 14* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no lugar do Cabeço Alto, em terrenos pertencentes a Agripino António Lebreiro. Declarada pelo proprietário do terreno em 14 de Janeiro de 1963. Documentada em 16 de Janeiro de 1963.
- N.º 2450, *Fraga do Poio n.º 15* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no lugar da Abelheira, em terrenos de António Joaquim Salgado. Declarada pelo proprietário do terreno em 14 de Janeiro de 1963. Documentada em 16 de Janeiro de 1963.
- N.º 2451, *Pedreira Casal da Azinheira n.º 2* — calcário. Freguesia de Car-regueiros, concelho de Tomar, distrito de Santarém.
Situada no Casal da Azinheira, em terrenos de Alberto Cardoso Delgado. Declarada por João Salvador em 2 de Janeiro de 1963. Documentada em 17 de Janeiro de 1963.
- N.º 2452, *Santo Ovídio n.º 9* — granito. Freguesia de Arcozelo, concelho de Ponte de Lima, distrito de Viana do Castelo.
Situada no lugar de Sabadão, em terrenos baldios pertencentes à Junta de Freguesia de Arcozelo. Declarada por José Maria Pereira Lima em 6 de Dezembro de 1962. Documentada em 18 de Janeiro de 1963.
- N.º 2453, *Fraga do Poio n.º 12* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no lugar do Jardim, em terrenos de Maria Joaquina Garrida. Declarada pela proprietária do terreno em 9 de Janeiro de 1963. Documentada em 14 de Janeiro de 1963.
- N.º 2454, *Fraga do Poio n.º 16* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Situada no lugar de Farizeu, em terrenos de António Santana

- Pires Baptista. Declarada por António Alberto Casal em 21 de Janeiro de 1963. Documentada em 28 de Janeiro de 1963.
- N.º 2455, *Serra n.º 2* — granito. Freguesia de Parada do Bispo, concelho de Lamego, distrito de Viseu.
Situada junto à estrada nacional n.º 313, ao km 25, em terrenos de José Cardoso Rego e Sebastião de Almeida. Declarada por Ropisa Construções Civas, Lda., em 25 de Janeiro de 1963. Documentada em 30 de Janeiro de 1963.
- N.º 2456, *Ponte de Este* — granito. Freguesia de Tonguinhó, concelho de Vila do Conde, distrito do Porto.
Situada no lugar da Ribeira, em terrenos de Manuel Cerqueira. Declarada por Manuel Lopes da Silva em 16 de Janeiro de 1963. Documentada em 28 de Janeiro de 1963.
- N.º 2457, *Bouças* — granito. Freguesia de Estorãos, concelho de Ponte de Lima, distrito de Viana do Castelo.
Situada no lugar de Bouças, em terrenos de Manuel José de Castro. Declarada por Josino da Costa Moreira em 3 de Dezembro de 1962. Documentada em 6 de Fevereiro de 1963.
- N.º 2458, *Leira do Monte Queimado do Padrão* — granito. Freguesia de Santa Maria de Avioso, concelho de Maia, distrito do Porto.
Situada em Santa Maria de Avioso, em terrenos de Augusto de Sousa Dias. Declarada por Matias de Sousa Monteiro em 4 de Fevereiro de 1963. Documentada em 7 de Fevereiro de 1963.
- N.º 2459, *Olho da Moura* — gesso. Freguesia de Sangalhos, concelho de Anadia, distrito de Aveiro.
Situada no lugar de Saima, em terrenos de Maria Lais Dias Pereira Calheiros Lobo. Declarada pela proprietária do terreno em 4 de Junho de 1959. Autorizada a exploração por alvará de licença n.º 6215, de 24 de Janeiro de 1963, publicado no *Diário do Governo* n.º 33, III série, de 8 de Fevereiro de 1963.
- N.º 2460, *Mata do Castelo* — granito. Freguesia de Lagares, concelho de Felgueiras, distrito do Porto.
Situada na Quinta do Penido, em terrenos de António Leite Sampaio Morais. Declarada por António Pereira da Costa em 29 de Novembro de 1962. Documentada em 13 de Fevereiro de 1963.
- N.º 2461, *Ladeira do Matotinho* — saibro. Freguesia do Milharado, concelho de Mafra, distrito de Lisboa.
Situada na Ladeira do Matotinho, em terrenos de Miguel Jerónimo. Declarada pelo proprietário do terreno em 14 de Dezembro de 1962. Documentada em 6 de Março de 1963.
- N.º 2462, *Caselhe* — granito. Freguesia de S. João do Monte, concelho de Tondela, distrito de Viseu.
Situada no lugar de Caselhe, em terrenos de Adelino Henriques da Costa e António Antunes Henriques. Declarada por Ropisa Construções Civas, Lda., em 6 de Novembro de 1962. Documentada em 8 de Março de 1963.
- N.º 2463, *Pederneiras* — feldspato e quartzo. Freguesia de S. Paio, concelho de Gouveia, distrito da Guarda.
Situada em S. Paio, junto à estrada nacional que liga Nabais a Gouveia, em terrenos de Arnaldo Chaves Ubach e João Chaves Ubach. Declarada por Franklina Botto & Filho, Lda., em 9 de Fevereiro de 1963. Documentada em 13 de Março de 1963.
- N.º 2464, *Vale do Cobre* ou *Alto da Cascalheira* — argila. Freguesia de S. Sebastião, concelho e distrito de Setúbal.

- Situada em Vale do Cobre, em terreno da Sociedade de Cerâmica A Scalabitana, Lda. Declarada por Vasconcelos & Veiga, Lda., em 13 de Março de 1961. Documentada em 23 de Março de 1963.
- N.º 2465, *Barrocal* — granito. Freguesia de Vimieiro, concelho de Arraiolos, distrito de Évora.
Situada em Vimieiro, em terrenos de António Dordio. Declarada por Bernardino José Figueira em 8 de Novembro de 1962. Documentada em 23 de Março de 1963.
- N.º 2466, *Pedreira da Boiça* — calcário. Freguesia de Portunhos, concelho de Cantanhede, distrito de Coimbra.
Situada em Boiça, junto à estrada nacional n.º 234-1, ao km 8,600, em terrenos de Eugénio Dias e António dos Santos. Declarada por Empresa de Construções Ciferro, Lda., em 6 de Março de 1963. Documentada em 23 de Março de 1963.
- N.º 2467, *Pena* — granito. Freguesia de Macieira, concelho de Vale de Cambra, distrito de Aveiro.
Situada em S. Bartolomeu, em terrenos de Gonçalo Tavares Castanheira. Explorada por Castanheiras, Lda. Documentada em 25 de Março de 1963.
- N.º 2468, *Pedrógão n.º 9* — granito. Freguesia de Arcozelo, concelho de Ponte do Lima, distrito de Viana do Castelo.
Situada no lugar de Pedrógão, em terrenos da Junta de Freguesia de Arcozelo. Explorada por José Afonso de Passos. Documentada em 5 de Abril de 1963.
- N.º 2469, *Penedo Redondo n.º 1* — granito. Freguesia de Mondrões, concelho e distrito de Vila Real.
Situada no lugar de Penedo Redondo, em terrenos de Amadeu Rodrigues Lisboa. Explorada por António Camilo Fernandes. Documentada em 8 de Abril de 1963.
- N.º 2470, *Rossio n.º 2* — calcário. Freguesia de Paço de Arcos, concelho de Oeiras, distrito de Lisboa.
Situada no lugar de Laveiras, em terrenos do Instituto de Recducação Padre António de Oliveira. Explorada por Soteprel — Sociedade Técnica de Projectos e Empreitadas, Lda. Documentada em 26 de Abril de 1963.
- N.º 2471, *Penedos n.º 4* — granito. Freguesia de Lourosa, concelho de Feira, distrito de Aveiro.
Situada em terrenos da Junta Autónoma do Porto de Aveiro. Explorada por Santos Cavaco & Sobrinho. Documentada em 22 de Maio de 1963.
- N.º 2472, *Lage do Cume* — granito. Freguesia de Sobral do Campo, concelho e distrito de Castelo Branco.
Situada na Lage Alta, em terrenos de Domingas dos Santos. Explorada por Direcção de Estradas do Distrito de Castelo Branco. Documentada em 23 de Maio de 1963.
- N.º 2473, *Borregas* — mármore. Freguesia da Matriz, concelho de Borba, distrito de Évora.
Situada no lugar da Lage, junto à Quinta de S. João, em terrenos de Casimiro Augusto Santana, Herdeiros. Explorada por Carlos Augusto Rainho Faria. Documentada em 23 de Maio de 1963.
- N.º 2474, *Piões* — mármore. Freguesia de S. João Baptista, concelho de Porto de Mós, distrito de Leiria.
Situada em Piões, em terrenos de Fernando Brito de Sousa Pinção. Explorada pelo proprietário do terreno. Documentada em 24 de Maio de 1963.
- N.º 2475, *Condesinha n.º 2* — areia. Freguesia e concelho de Rio Maior, distrito de Santarém.

- Situada no sítio da Condesinha, em terrenos de João Pedro Ferreira da Costa. Explorada por Maioril Areias Industriais, Lda. Documentada em 24 de Maio de 1963.
- N.º 2476, *Fontinhas* — granito. Freguesia de Espinho, concelho e distrito de Braga.
Situada no lugar da Escola, em terrenos de Alberto Joaquim Gomes. Explorada por Sociedade Cooperativa de Produção dos Operários Pedreiros Portuenses, S.A.R.L. Documentada em 1 de Junho de 1963.
- N.º 2477, *Zambujal n.º 33* — calcário. Freguesia do Castelo, concelho de Sesimbra, distrito de Setúbal.
Situada no sítio do Zambujal, em terrenos de João Rodrigues Canteiro. Explorada por Fernando Branco Miranda de Oliveira. Documentada em 6 de Junho de 1963.
- N.º 2478, *Monte de El-Rei* — mármore. Freguesia de Bencatel, concelho de Vila Viçosa, distrito de Évora.
Situada no lugar de Bencatel, em terrenos de Bertha Mauperrin Santos de Castelbranco. Explorada por Focus, Lda. Documentada em 14 de Junho de 1963.
- N.º 2479, *Pedreiras A e B ao Poço do Bravo* — mármore. Freguesia de São Tiago de Rio de Moinhos, concelho de Borba, distrito de Évora.
Situada na Courela do Poço do Bravo, em terrenos de António Manuel Proença Cavaco. Explorada pelo proprietário do terreno. Documentada em 15 de Junho de 1963.
- N.º 2480, *Lajes-Guineiro* — granito. Freguesia de Vila Boa do Bispo, concelho de Marco de Canaveses, distrito do Porto.
Situada em terrenos de António Monteiro Moreira. Explorada pelo proprietário do terreno. Documentada em 17 de Junho de 1963.
- N.º 2481, *Bouça do Penedo n.º 2* — calcário. Freguesia de Paranhos, concelho e distrito do Porto.
Situada na Av. Fernão de Magalhães, em Paranhos, em terrenos pertencentes a António Feijó. Explorada por Joaquim Pinto Monteiro. Documentada em 20 de Junho de 1963.
- N.º 2482, *Bairro Branco* — mármore. Freguesia de São Tiago de Rio de Moinhos, concelho de Borba, distrito de Évora.
Situada a 3 km de Rio de Moinhos e a 4 km de Borba, com acesso por uma serventia que liga à estrada Borba-Rio de Moinhos, em terrenos pertencentes a Manuel Martins. Explorada por Raul Simões Carrasqueira. Documentada em 1 de Julho de 1963.
- N.º 2483, *Pedreira do Bairro de St.º António* — mármore. Freguesia de St.ª Maria, concelho de Estremoz, distrito de Évora.
Situada ao km 144,900 da estrada nacional n.º 4, em terrenos de Guilherme Emanuel Garcia dos Santos. Explorada por Sociedade Luso Belga de Mármore, Lda. Documentada em 1 de Julho de 1963.
- N.º 2484, *Sáimes-Espadanedo* — granito. Freguesia de Espadanedo, concelho de Sinfães, distrito de Viseu.
Situada no lugar de Sáimes, em terrenos de António Monteiro Moreira. Explorada pelo proprietário do terreno. Documentada em 5 de Julho de 1963.
- N.º 2485, *Barro Branco n.º 1* — mármore. Freguesia de São Tiago de Rio de Moinhos, concelho de Borba, distrito de Évora.
Situada no lugar do Tapadão, em terrenos de Inácio José Pires. Explorada por Sociedade dos Mármore de Portugal, Lda. Documentada em 8 de Julho de 1963.

- N.º 2486, *Pedreira da Fonte da Moura (SP)* — mármore. Freguesia de Pardais, concelho de Vila Viçosa, distrito de Évora.
Situada na Fonte da Moura, com acesso pela estrada nacional n.º 255 ao km 10,500, em terrenos de José Francisco da Ascensão, Gertrudes Maria da Ascensão, Margarida Amélia da Ascensão e Maria Henriqueta da Ascensão. Explorada por Joaquim José Pardal. Documentada em 8 de Julho de 1963.
- N.º 2487, *Pedreira Monte de El-Rei (RB)* — mármore. Freguesia de Ben-catel, concelho de Vila Viçosa, distrito de Évora.
Situada no Monte de El-Rei, com acesso pela estrada nacional n.º 254, ao km 3,870, em terrenos de Bertha Mauperrin Santos Castelbranco. Explorada por Sociedade Luso Belga de Mármore, Lda. Documentada em 8 de Julho de 1963.
- N.º 2488, *Pedreira Monte de El-Rei (KB)* — mármore. Freguesia de Ben-catel, concelho de Vila Viçosa, distrito de Évora.
Situada no Monte de El-Rei, com acesso pela estrada nacional n.º 254, ao km 4,005, em terrenos de Bertha Mauperrin Santos Castelbranco. Explorada por Sociedade Luso Belga de Mármore, Lda. Documentada em 8 de Julho de 1963.
- N.º 2489, *Fonte da Moura* — mármore. Freguesia de Pardais, concelho de Vila Viçosa, distrito de Évora.
Situada na Fonte da Moura, em terrenos de José Francisco de Ascensão, Luís Francisco de Ascensão, Gertrudes Maria de Ascensão, Margarida Amélia de Ascensão e Henriqueta Maria de Ascensão. Explorada por Henrique Francisco Alexandre e Manuel Simões. Documentada em 15 de Julho de 1963.
- N.º 2490, *Penouços n.º 3* — granito. Freguesia de Beiriz, concelho de Póvoa de Varzim, distrito do Porto.
Situada no lugar de Penouços, em terrenos da Sociedade de Empreitadas Moniz da Maia & Vaz Guedes, Lda. Explorada pelo proprietário do terreno. Documentada em 11 de Julho de 1963.
- N.º 2491, *Penedos de Posses* — granito. Freguesia e concelho de Vila do Conde, distrito do Porto.
Situada em Portas Fronhas, em terrenos de Manuel de Azevedo Torres. Explorada por Agro-Mecânica, Lda. Documentada em 18 de Julho de 1963.
- N.º 2492, *Courela de Santo António* — mármore. Freguesia de St.^a Maria, concelho de Estremoz, distrito de Évora.
Situada num terreno do Cap. Francisco Serra, junto à estrada nacional n.º 4, ao km 145,050. Explorada por Sociedade Luso Belga de Mármore, Lda. Documentada em 24 de Julho de 1963.
- N.º 2493, *Poço Bravo n.º 3* — mármore. Freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Borba, distrito de Évora.
Situada num terreno da Sociedade Luso Belga de Mármore, Lda., com acesso pela estrada municipal de Borba a S. Tiago, ao km 2,350. Explorada pelo proprietário do terreno. Documentada em 24 de Julho de 1963.
- N.º 2494, *Agra Nova* — argila. Freguesia de Ribeirão, concelho de Fama-lição, distrito de Braga.
Situada no lugar de Agra Nova, em terrenos de Adelino da Costa Campos. Explorada pelo proprietário do terreno. Documentada em 19 de Julho de 1963.
- N.º 2495, *Seixinho* — quartzo. Freguesia de Gradiz, concelho de Aguiar da Beira, distrito de Braga.
Situada em Gradiz, em terrenos da Junta de Freguesia de Gradiz. Explorada por Joaquim Barosa de Oliveira. Documentada em 29 de Julho de 1963.

- N.º 2496, *Monte de El-Rei n.º 1 (Lote n.º 8)* — mármore. Freguesia de Ben-catel, concelho de Vila Viçosa, distrito de Évora.
Situada no Monte de El-Rei, em terrenos de Bertha Mauperrin Santos Castelbranco. Explorada por Eduardo Galvão Jorge & Irmão, Lda. Documentada em 30 de Julho de 1963.
- N.º 2497, *Monte de El-Rei n.º 2 (Lote n.º 7)* — mármore. Freguesia de Ben-catel, concelho de Vila Viçosa, distrito de Évora.
Situada no Monte de El-Rei, em terrenos de Bertha Mauperrin Santos Castelbranco. Explorada por Eduardo Galvão Jorge & Irmão, Lda. Documentada em 30 de Julho de 1963.
- N.º 2498, *Trás-os-Montes ou Trancoso* — mármore. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de Vila Viçosa, distrito de Évora.
Situada em terrenos da firma Eduardo Galvão Jorge & Irmão, Lda. Explorada pelo proprietário do terreno. Documentada em 30 de Julho de 1963.
- N.º 2499, *O Mármore* — calcário. Freguesia de Bezelga, concelho de Tomar, distrito de Santarém.
Situada no limite da Carregueira, em terrenos da Junta de Freguesia de Bezelga. Explorada por Sociedade Exportadora Cesina, Lda. Documentada em 27 de Julho de 1963.
- N.º 2500, *Courela de St.º António n.º 1* — mármore. Freguesia de St.ª Maria, concelho de Estremoz, distrito de Évora.
Situada em terrenos do cap. Francisco Serra. Explorada por Eduardo Galvão Jorge & Irmão, Lda. Documentada em 30 de Julho de 1963.
- N.º 2501, *Pedras Pretas* — pozolana. Freguesia de Porto Santo, concelho de Porto Santo, distrito do Funchal.
Situada junto à estrada da Calheta, em terrenos da Companhia de Pozolana do Porto Santo, Lda. Explorada pelo proprietário do terreno. Documentada em 2 de Agosto de 1963.
- N.º 2502, *Fonte do Seixo n.º 1* — quartzo. Freguesia de Vale do Seixo, concelho de Trancoso, distrito da Guarda.
Situada ao alto da estrada de Vale do Seixo, em terrenos de Norberto dos Santos Ribeiro e Francisco António Máximo. Explorada por Joaquim Lopes Simões Dinis. Documentada em 5 de Agosto de 1963.
- N.º 2503, *Fonte do Seixo n.º 2* — quartzo. Freguesia de Vale do Seixo, concelho de Trancoso, distrito da Guarda.
Situada ao alto da estrada de Vale do Seixo, em terrenos de Maria Justina Amisft de Almada Saldanha Mesquita. Explorada por Joaquim Lopes Simões Dinis. Documentada em 5 de Agosto de 1963.
- N.º 2504, *João Marques-Viana* — calcário. Freguesia e concelho de Viana do Alentejo, distrito de Évora.
Situada no sítio de João Marques, em terrenos de Acácio Viana Serpa. Explorada por Marmetal — Mármore e Materiais de Construção, Lda. Documentada em 12 de Agosto de 1963.
- N.º 2505, *Olival da Forca J. P.* — calcário. Freguesia de Santa Maria, concelho de Estremoz, distrito de Évora.
Situada junto à cidade de Estremoz, em terrenos de Gabriela Gomes Palmeiro da Costa, Dr. Afonso Gomes Palmeiro da Costa e José Gomes Palmeiro da Costa. Explorada por Marmetal — Mármore e Materiais de Construção, Lda. Documentada em 12 de Agosto de 1963.
- N.º 2506, *Detrás das Freiras JM* — calcário. Freguesia da Matriz, concelho de Borba, distrito de Évora.

- Situada em terrenos de António Rogério Afonso, com acesso por um caminho público junto à estrada camarária Borba-Orada. Explorada por Marmetal — Mármore e Materiais de Construção, Lda. Documentada em 12 de Agosto de 1963.
- N.º 2507, *Eira Nova do Olival - M.F.* — calcário. Freguesia de Glória, concelho de Estremoz, distrito de Évora.
Situada num terreno pertencente a Manuel Joaquim Ramalho, com acesso pela estrada nacional n.º 4, ao km 151,8. Explorada por Marmetal — Mármore e Materiais de Construção, Lda. Documentada em 12 de Agosto de 1963.
- N.º 2508, *Monte dos Coutos* — calcário. Freguesia de Bencatel, concelho de Vila Viçosa, distrito de Évora.
Situada em terrenos de Alzira Osório de Castro. Explorada por Manuel Cristóvão. Documentada em 12 de Agosto de 1963.
- N.º 2509, *Encostinha* — calcário. Freguesia de Matriz, concelho de Borba, distrito de Évora.
Situada no caminho para a Encostinha, em terrenos de Serafim Maurício Sapatinha e Joaquim António Lameira. Explorada por Marporel — Sociedade Industrial de Mármore Portugueses, Lda. Documentada em 12 de Agosto de 1963.
- N.º 2510, *Olival à estrada de Vila Viçosa n.º 3* — calcário. Freguesia de Matriz, concelho de Borba, distrito de Évora.
Situada em terrenos do Eng.º Rogério Augusto Cavaca, com acesso pela estrada nacional n.º 255. Explorada por Josué Manuel Duarte & C.ª Documentada em 13 de Agosto de 1963.
- N.º 2511, *Trás-os-Montes* — calcário. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de Vila Viçosa, distrito de Évora.
Situada em terreno de António Pereira Fradinho, com acesso pela estrada nacional n.º 254, ao km 4,200. Explorada por Sociedade de Mármore Calipolense, Lda. Documentada em 12 de Agosto de 1963.
- N.º 2512, *Charabais* — calcário. Freguesia de S. Pedro, concelho de Óbidos, distrito de Leiria.
Situada na Dagorda, em terrenos de João Cardoso. Explorada por Jorge de Sousa Santos. Documentada em 8 de Agosto de 1963.
- N.º 2513, *Herdade do Monte de El-Rei* — mármore. Freguesia de Bencatel, concelho de Vila Viçosa, distrito de Évora.
Situada em Bencatel, em terrenos de Bertha Mauperrin Santos Castelbranco. Explorada por Simar — Sociedade Industrial de Mármore, Lda. Documentada em 14 de Agosto de 1963.
- N.º 2514, *Algar de Ouro* — calcário. Freguesia de Alvados, concelho de Porto de Mós, distrito de Leiria.
Situada em Algar de Ouro, em terrenos de Fernando Brito de Sousa Pinção. Explorada pelo proprietário do terreno. Documentada em 14 de Agosto de 1963.
- N.º 2515, *Monte Outeiro II* — mármore. Freguesia de S. Brissos, concelho e distrito de Beja.
Situada na herdade de Monte da Igreja, em terrenos de António Manuel Ferro Palma e José Gonçalves Palma. Explorada por António Manuel Ferro Palma. Documentada em 24 de Agosto de 1963.
- N.º 2516, *Monte Outeiro I* — mármore. Freguesia de S. Brissos, concelho e distrito de Beja.
Situada na herdade de Monte da Igreja, em terrenos de António Manuel Ferro Palma e José Gonçalves Palma. Explorada por

- António Manuel Ferro Palma, Documentada em 24 de Agosto de 1963.
- N.º 2517, *M. C. Monvestido* — mármore. Freguesia de S. Brissos, concelho e distrito de Beja.
Situada no lugar de Monvestido, em terreno de Marieta Henriques de Almeida Palma. Explorada por Matias José Casinhas. Documentada em 24 de Agosto de 1963.
- N.º 2518, *Quinta do Espinho* — xisto. Freguesia de Adorigo, concelho de Tabuaço, distrito de Viseu.
Situada ao km 35,100 da estrada nacional n.º 323, em terrenos da Quinta do Espinho, pertencentes à Sociedade Casal Agrícola Dr. Vítor Macedo Pinto, Lda. Explorada por Ropisa Construções Cíveis, Lda. Documentada em 28 de Agosto de 1963.
- N.º 2519, *Sulmar* — granito. Freguesia e concelho de Monchique, distrito de Faro.
Situada junto à estrada nacional n.º 266, no sítio da Nave, em terrenos de Manuel Pedro Boneca. Explorada pelo proprietário do terreno. Documentada em 29 de Agosto de 1963.
- N.º 2520, *Conchaninhas* — calcário. Freguesia de Sabacheira, concelho de Tomar, distrito de Santarém.
Situada no limite do lugar do Furadouro, em terrenos da Junta de Freguesia de Sabacheira. Explorada por Sociedade Exportadora Cesina, Lda. Documentada em 29 de Agosto de 1963.
- N.º 2521, *Quinta da Esperança* — calcário. Freguesia de Santa Maria, concelho de Estremoz, distrito de Évora.
Situada junto à estrada nacional n.º 4, ao km 144,900, em terrenos de Joaquim António Borralho. Explorada por Mário Cunha. Documentada em 30 de Agosto de 1963.
- N.º 2522, *Penedo n.º 5* — calcário. Freguesia de Montelavar, concelho de Sintra, distrito de Lisboa.
Situada no lugar de Palmeiros, em terrenos pertencentes à Junta de Freguesia de Montelavar. Explorada por Herdeiros de Torcato Pardal Monteiro. Documentada em 6 de Setembro de 1963.
- N.º 2523, *Pedreira do Padrão* — granito. Freguesia de Santa Maria de Avioso, concelho de Maia, distrito do Porto.
Situada no lugar de Cidadelha, em terrenos de Augusto de Sousa Dias. Explorada pelo proprietário do terreno. Documentada em 10 de Setembro de 1963.

2 — BAIXA DE PEDREIRAS:

- N.º 257, *Via Longa* — calcário. Freguesia de Via Longa, concelho de Vila Franca de Xira, distrito de Lisboa.
Em virtude de requerimento do explorador, Isidro Garcia, entrado em 31 de Janeiro de 1963, foi dada baixa a esta pedreira por despacho de 21 de Março de 1963.
- N.º 932, *Terra da Anaia* — areia. Freguesia de Santa Iria da Azóia, concelho de Loures, distrito de Lisboa.
Em virtude de requerimento do explorador, Américo da Silva Santos, entrado em 15 de Janeiro de 1962, foi dada a baixa a esta pedreira por despacho de 8 de Março de 1963.
- N.º 986, *Casal da Carriça* — calcário. Freguesia de Alverca, concelho de Vila Franca de Xira, distrito de Lisboa.
Por despacho de 21 de Março de 1963, foi dada a baixa a esta pedreira conforme requerimento do explorador Isidro Garcia, entrado em 31 de Janeiro de 1963.

- N.º 1121, *Terra dos Carris* — areia. Freguesia de Santa Iria da Azóia, concelho de Loures, distrito de Lisboa.
Por despacho de 8 de Março de 1963, foi dada a baixa a esta pedreira, conforme requerimento do explorador, Américo da Silva Santos, entrado em 15 de Janeiro de 1962.
- N.º 1400, *Barrancas n.º 3* — granito. Freguesia de Pedroso, concelho de Vila Nova de Gaia, distrito do Porto.
Por despacho de 5 de Fevereiro de 1963 foi dada a baixa desta pedreira, conforme requerimento do explorador, Alfredo Rodrigues Soares, entrado em 18 de Janeiro de 1963.
- N.º 1484, *Vale Feital* — areia. Freguesia de Cova da Piedade, concelho de Almada, distrito de Setúbal.
Por despacho de 11 de Março de 1963, foi dada a baixa desta pedreira em virtude do falecimento do explorador, Francisco Martins.
- N.º 1492, *Laje de Gages* — granito. Freguesia de Vila Boa do Bispo, concelho de Marco de Canaveses, distrito do Porto.
Por despacho de 8 de Março de 1963, foi dada a baixa requerida pelo explorador, Luís de Sousa Leite, em 2 de Março de 1962.
- N.º 1720, *Courela das Pedreiras* — calcário. Freguesia de Alcabideche, concelho de Cascais, distrito de Lisboa.
Por despacho de 13 de Fevereiro de 1963, foi dada a baixa requerida pela exploradora Luísa do Carmo Antunes.
- N.º 1732, *Terra da Formiga* — calcário. Freguesia de Paço de Arcos, concelho de Oeiras, distrito de Lisboa.
Por despacho de 13 de Fevereiro de 1963, foi dada a baixa requerida pela exploradora Luísa do Carmo Antunes.
- N.º 1829, *Outeiro do Marco* — calcário. Freguesia e concelho de Condeixa-a-Velha, distrito de Coimbra.
Por despacho de 11 de Março de 1963, foi dada a baixa requerida por José Augusto de Oliveira Manaia.
- N.º 1998, *Tabosa* — granito. Freguesia e concelho de Mangualde, distrito de Viseu.
Por despacho de 11 de Março de 1963, foi dada a baixa requerida pelo explorador António de Figueiredo.
- N.º 2132, *Boiça* — calcário. Freguesia de Portunhos, concelho de Cantanhede, distrito de Coimbra.
Por despacho de 11 de Março de 1963, foi dada a baixa requerida por Domingos Fernandes Esteves.
- N.º 2279, *Serra do Varatojo* — calcário. Freguesia de S. Pedro, concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa.
Por despacho de 10 de Janeiro de 1963, foi dada a baixa requerida pelos exploradores Custódio dos Santos e João Gomes da Torre.
- N.º 2433, *Fraga do Poio n.º 6* — xisto. Freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda.
Por despacho de 8 de Agosto de 1963, foi dada a baixa da pedreira que era explorada por Fernando António Guindeira.
- N.º 1851, *Barbasqueira* — calcário. Freguesia e concelho de Oeiras, distrito de Lisboa.
Por despacho de 7 de Abril de 1963, foi dada a baixa da pedreira que era explorada por António Nogueira Teixeira.
- N.º 1971, *Espargal* — gesso. Freguesia de Paço de Arcos, concelho de Oeiras, distrito de Lisboa.
Por despacho ministerial de 4 de Abril de 1963, foi dada a baixa da pedreira que era explorada por Sepel — Sociedade de Exploração de Pedreiras, Lda.

- N.º 1711, *Quinta de Santo António dos Ulmeiros* — argila. Freguesia de Carnide, concelho e distrito de Lisboa.
Por despacho de 6 de Maio de 1963, foi dada baixa desta pedreira, que era explorada por Manuel Pedro das Neves.
- N.º 590, *Arrábida n.º 1* — granito. Freguesia de Lordelo, concelho e distrito do Porto.
Por despacho de 24 de Junho de 1963, foi dada a baixa desta pedreira, que era explorada pela Administração dos Portos do Douro e Leixões.
- N.º 354, *Aguim* — granito. Freguesia de Madalena, concelho de Vila Nova de Gaia, distrito do Porto.
Por despacho de 19 de Agosto de 1963, foi dada a baixa da pedreira, que era explorada por Manuel Moreira Vaz.
- N.º 1354, *Pedreira da Serra n.º 4* — granito. Freguesia de Perosinho, concelho de Vila Nova de Gaia, distrito do Porto.
Por despacho de 19 de Agosto de 1963, foi dada a baixa desta pedreira, que era explorada por Manuel Neves de Oliveira Mota.
- N.º 1949, *Condesinha I* — areia. Freguesia e concelho de Rio Maior, distrito de Santarém.
Por despacho ministerial de 28 de Maio de 1963, foi dada a baixa da pedreira, que era explorada por Henrique Granada e José da Silva F. Júnior.
- N.º 1914, *S. João da Carreira* — granito. Freguesia de Rio de Loba, concelho e distrito de Viseu.
Por despacho de 3 de Maio de 1963, foi dada a baixa desta pedreira, que era explorada por Serafim Pinto Guimarães Júnior.

3 — MUDANÇAS DE EXPLORADOR:

- N.º 1493, *Serrinha* — granito. Freguesia de Matos, concelho de Marco de Canaveses, distrito do Porto.
Situada no lugar da Serrinha, em terrenos de António Pinto de Aguiar. Declarada em 22 de Março de 1962 por Custódio da Silva Barbosa. Documentada em 11 de Março de 1963. Por despacho de 8 de Março de 1963 foi dada a baixa ao antigo explorador António da Silva.
- N.º 1708, *Rabão* — saibro. Freguesia de S. Pedro, concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa.
Situada no sítio do Rabão junto à linha férrea de Oeste, em terreno de Maximino Franco dos Santos. Declarada em 28 de Janeiro de 1963 por Justino Neves Veríssimo. Documentada na mesma data. Ainda na mesma data foi dada a baixa requerida pelo antigo explorador José Pedro Lopes.
- N.º 2322, *São Rafael* — areia e saibro. Freguesia e concelho de Vila Franca de Xira, distrito de Lisboa.
Situada na Quinta de São Rafael, no lugar do Barrão, em terrenos de António Alves Jana. Declarada pelo proprietário do terreno em 28 de Janeiro de 1963. Documentada em 1 de Fevereiro de 1963. Por despacho de 30 de Janeiro de 1963 foi dada a baixa requerida pelo antigo explorador Urbal — Urbanizadora, Lda.
- N.º 1335, *Serra da Camela* — calcário. Freguesia de Belas, concelho de Sintra, distrito de Lisboa.
Situada em Carenque, em terrenos de Maria Helena Sant'Ana Marques Alves Bento. Explorada por Fobril — Fornecimento de Britas, Lda. Documentada em 4 de Junho de 1963. Em 3 de

Junho foi dada a baixa ao antigo explorador, Joaquim Duarte Cardoso.

- N.º 1895, *Serra Pequena n.º 8* — calcário. Freguesia de Belas, concelho de Sintra, distrito de Lisboa.
Situada no Casal de Vila Chã — Amadora, em terrenos da Sociedade Casal de Vila Chã, Lda. Explorada por Joaquim Domingos dos Santos e Francisco Domingos da Trindade. Documentada em 14 de Maio de 1963. Em 29 de Março de 1963, foi dada a baixa ao antigo explorador, José de Oliveira.
- N.º 1838, *Campo Redondo* — argila. Freguesia da Sé, concelho e distrito de Bragança.
Situada no lugar de Campo Redondo, em terrenos pertencentes à Cerâmica de Campo Redondo, Lda. Explorada pelo proprietário do terreno. Documentada em 4 de Abril de 1963. Em 23 de Março de 1963, foi dada a baixa ao antigo explorador, Manuel Maria Freire.
- N.º 1255, *Barbaqueira* — calcário. Freguesia e concelho de Oeiras, distrito de Lisboa.
Situada em Vila Fria, em terrenos de António da Silva Insa. Explorada por Francisco Velez Rodrigues e Idalina Maria de Figueiredo Rodrigues. Documentada em 10 de Abril de 1963. Em 7 de Abril de 1963, foi dada a baixa ao antigo explorador, Antonino Lima de Carvalho.
- N.º 1516, *Tapada do Deserto I* — calcário. Freguesia e concelho de Oeiras, distrito de Lisboa.
Situada nos limites de Porto Salvo, em terrenos pertencentes a Américo Alves Dinis. Explorada pelo proprietário do terreno. Documentada em 20 de Agosto de 1963. Na mesma data foi dada a baixa ao antigo explorador, Mário da Fonseca.
- N.º 1355, *Lages-Passadouro* — granito. Freguesia de Madalena, concelho de Vila Nova de Gaia, distrito do Porto.
Situada no lugar de Passadouro, em terrenos de Manuel da Silva Leite Júnior. Explorada por Alcide Ferreira. Documentada em 12 de Abril de 1963. Em 8 de Abril de 1963, foi dada a baixa ao antigo explorador, Amaro Costa.
- N.º 2134, *Casal da Velha* — calcário. Freguesia de S. Pedro, concelho de Palmela, distrito de Setúbal.
Situada em Aparadas, em terrenos pertencentes a Quinta do Hilário — Sociedade Civil, S. A. Explorada por União Fabril do Azoto, S.A.R.L. Documentada em 29 de Abril de 1963. Na mesma data foi dada a baixa ao antigo explorador, A Produtora de Sílica, Lda.

